

CÂMARA MUNICIPAL DE MACEDO DE CAVALEIROS



CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL DE MACEDO DE CAVALEIROS

A large, stylized graphic in the center of the page. It consists of several overlapping, elongated, teardrop-shaped lines in red, blue, and yellow, arranged in a cross-like pattern. The lines are semi-transparent, allowing them to overlap and create darker shades where they intersect.

REDE SOCIAL

2º PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

2006-2008

Macedo de Cavaleiros, 14 de Fevereiro de 2006

CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL DE MACEDO DE CAVALEIROS
2º Plano de Desenvolvimento Social

“(...) as perspectivas para as áreas rurais marginais, ou frágeis, alvo de processos prolongados de marginalização, não são tão radiosas como se tende, de forma ligeira e superficial, a defender. É possível construir, contudo, caminho para uma relação frutuosa entre ambiente e desenvolvimento rural, principalmente se houver capacidade institucional local, capacidade de negociação com o exterior, e se se empreenderem processos de desenvolvimento que renovem as agriculturas e mobilizem a energia social dos actores e das comunidades, baseados numa visão global do território e num novo profissionalismo técnico.”

(Cristóvão; 2000; 54)

Nota Prévia¹

Macedo de Cavaleiros é uma cidade que pertence ao Distrito de Bragança, Região de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal interior. *Padece-se* aqui de todos os *males* estruturais (envelhecimento demográfico, défice de escolarização e de qualificações profissionais, desemprego, pobreza e exclusão social...) de que *sofre* Portugal, acrescendo a esta realidade problemas locais, os quais se irá enumerar ao longo deste documento, valendo a pena salientar **a desertificação que se tem vindo a traduzir numa perda de capital humano e social, condições fundamentais para se promover o *Desenvolvimento desta Região deprimida*.**

Contraditoriamente, ocorre que esta Região também é reconhecida como dotada de capacidades e de potencialidades para oferecer uma qualidade de vida que os grandes centros, pela concentração populacional e por todos os males que isso acarreta, já não o podem oferecer.

Para agravar o estado de coisas, neste momento, temos vindo a ser ameaçados pelo espectro do encerramento de Serviços de Saúde e outros fundamentais para o bem-estar da população, situação que mesmo para os mais optimista se traduz numa realidade que incentiva a um abandono cada vez maior deste território, especialmente, pelos mais jovens que partem em busca de melhores condições de vida. Assim, torna-se cada vez mais difícil contrariar esta realidade e as afirmações acima sublinhadas.

É patente que para os que trabalham no combate à pobreza e à exclusão social, para os que trabalham em prol do ***Desenvolvimento Local***, estas grandes decisões funcionam como factores desmoralizadores e desmobilizadores para a acção.

Face a esta realidade temos dois *caminhos* possíveis: - um, cruzar os braços e lamentarmo-nos; - e o outro, **continuarmos a participar de forma consciente, esclarecida, efectiva e responsável para a construção de estratégias locais que favoreçam a valorização e o reforço dos recursos humanos que permanecem no território, no sentido da sua qualificação e do reforço das suas competências pessoais, sociais e profissionais, visando-se aumentar os níveis de empregabilidade, de empreendedorismo, de iniciativa e de inovação, a produção de produtos diferenciados e a prestação de serviços qualificados, no sentido de se gerar bem-estar social e Desenvolvimento Sustentável.**

A esta opção está inerente a uma lógica de tornar **as pessoas protagonistas de um processo de mudança que se perspectiva para o território como uma *caminhada* para o bem-estar social, a qualidade ambiental e a cidadania.**

O Plano que se apresenta, pensa-se representar uma clara escolha pela segunda opção. Assim sendo, acredita-se ser o reflexo de uma vontade e de um esforço para influenciar esta mudança, sendo importante contudo, salientar que se após este trabalho se adoptar uma atitude de reivindicação e de expectativa de que os “outros façam”, o que aqui está escrito, dificilmente se cumprirá, pois não passa da afirmação do modelo de sociedade que se pretende construir, daquilo em que se acredita, dos valores que se defende, de vontades, de convicções, de expectativas, de grandes orientações para a mobilização e exercício de uma acção colectiva.

Antes de se convidar à leitura deste instrumento, resta acrescentar que este deve ser entendido como um quadro de referência, não demasiadamente rígido que pretende estabelecer compromissos. Assim, deverá ser entendido como um processo aberto, em construção e permanente avaliação, esperando-se a incorporação de novas contribuições, decorrentes da transformação da realidade local, regional, nacional e internacional, mas também da iniciativa e da espontaneidade das organizações e sociedade civil, entendendo-se **o planeamento estratégico como a construção de planos, de linhas estratégicas e orientadoras da acção, maleáveis e sempre evolutivas.**

¹ O CLASMC agradece os comentários críticos e sugestões dos Professores Artur Cristóvão e Fernando Bessa (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro) relativo à proposta do Plano de Desenvolvimento Social 2006-2008.

Índice

1. GLOBALIZAÇÃO OU GLOBALIDADE?	1
2. PORQUÊ E PARA QUÊ CONTINUAR A TRABALHAR EM REDE?	3
3. ENVELHECIMENTO DEMOGRÁFICO E DESERTIFICAÇÃO	6
DESEMPREGO, POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL	8
4. O QUE TEMOS E O QUE PODEMOS VIR A TER	12
5. A URGENCIA DE SE PRIORIZAR A VALORIZAÇÃO DAS PESSOAS	13
6. PRIORIDADES E OBJECTIVOS	16
7. IMPLEMENTAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	22
BIBLIOGRAFIA	23

1. GLOBALIZAÇÃO OU GLOBALIDADE?

*Que significa tão generalizada palavra **Globalização**? Globalização de quê e para quem? Falar de Globalização implica necessariamente a existência daqueles que globalizam e daqueles que são globalizados, ou seja, de uns poucos globalizadores e uma imensa maioria de globalizados. Da mesma forma que a palavra democratização – que por isso não me agrada, porque implica que haja uns que democratizam, porque são os que supostamente têm o segredo da democracia, e outros que são democratizados. Prefiro a palavra **globalidade**, que nos dá o sentido de uma terra redonda, de um planeta interactivo, onde todos os cidadãos contam. Na maioria das democracias de hoje, incluindo as democracias mais consolidadas, os cidadãos são contados (...) mas não contam.*

(Federico Mayor, 2001, 90)

Vivemos num mundo de contradições, por um lado, temos fenómenos como a globalização, o desemprego, as desigualdades sociais, as assimetrias de desenvolvimento numa dimensão regional, nacional e mundial mas, por outro lado, temos também dinâmicas e iniciativas locais, fruto da acção humana individual e/ou colectiva, numa “luta” pela implementação do **Desenvolvimento Local**.

O processo de **globalização**² e o modelo de produção capitalista são dois factores que caracterizam as sociedades modernas e, se por um lado têm gerado efeitos positivos – é visível que nos últimos 200 anos uma parte significativa da população do mundo deixou de “ser miserável”, deixando de ter de lutar diariamente pela sobrevivência, sendo inúmeras as conquistas a nível social, económico, de inovação tecnológica, de liberdade cultural, melhorando a todos os níveis a vida do ser humano. (Rebelo, 2001, 79) – por outro lado, têm gerado efeitos perversos sempre que não têm tido em linha de conta o meio ambiente, a utilização solidária dos recursos, a singularidade de cada região, em última instância – **as pessoas**.

Segundo Melo e Soares, a globalização tem contribuído para produzir as “ilhas de irracionalidade”, tendo-se gerado um movimento de **normalização** que não respeita a singularidade e as particularidades do **local**, estando a ser imprimida uma lógica de “assimilação ou extinção” das zonas rurais deprimidas, segundo “a sua distância aos principais pólos e eixos do crescimento económico”, caracterizando-se estas por não revelarem,

“(…) via de regra, as necessárias capacidades para a sobrevivência, e ainda menos para o desenvolvimento: são remotas, periféricas; têm população em geral muito dispersa; estão enfraquecidas por perdas demográficas agudas e a agricultura tradicional que persiste já há muito que deixou de ser a principal base de subsistência das populações locais. Baixos investimentos de capital, métodos de produção de trabalho intensivo, divisão do trabalho incipiente, falta de especialização, pressões sociais fortemente niveladoras, ausência de

² Será conveniente esclarecer antes de mais que por globalização se compreende um fenómeno complexo e multidimensional que assenta numa rede de relações e de interdependências que são estabelecidas entre diferentes contextos sociais e/ou regiões do mundo, com manifestações aos mais variados níveis. É um processo de intensificação das relações sociais com implicações directas na economia mas, também nas políticas, nas culturas, na educação, no conhecimento e nas pessoas a nível mundial.

CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL DE MACEDO DE CAVALEIROS
2º Plano de Desenvolvimento Social

espírito empresarial, relativo auto-isolamento, etc: todos estes factores convergem para uma situação de colapso económico e social no mundo de hoje.” (Melo e Soares, 1995:22)

O capitalismo e a globalização têm contribuído, ao longo da história, para a construção e estruturação do “processo civilizacional” característico do mundo ocidental, onde têm proliferado os impasses e as contradições, gerando, por um lado, “fortes interdependências, conquistas e realizações” e, por outro lado, “produzindo e reproduzindo contradições localizadas, gerais, nacionais e globais.” (Ianni,1992)

Vários autores, nomeadamente Petrella (1996), defendem que a globalização está a ser liderada por uma “tríade” de países - Japão, Europa Ocidental e América do Norte – onde têm sido mais intensa e acentuada do que o resto do mundo.

Nesta perspectiva, os detentores do capital, do conhecimento, da sociedade da informação e das novas tecnologias, têm gerado um movimento “daqueles que globalizam e daqueles que são globalizados, ou seja, de uns poucos globalizadores e de uma imensa maioria de globalizados” (Mayor,2001;90), fenómeno que tem contribuído para acentuar as assimetrias de desenvolvimento e as desigualdades sociais à escala local e global.

Contudo, face a um fenómeno complexo e multidimensional como é o da globalização, é necessário adoptar **uma visão crítica** que o considere na sua totalidade, atendendo-se simultaneamente aos seus aspectos positivos e negativos, assim como às dimensões de tempo e de espaço, evitando-se cair em visões fragmentadas.

É importante que se afirme que não é um fenómeno determinista, muito pelo contrário, assenta numa relação dialéctica entre o local, o global e o quotidiano, em que os acontecimentos locais sofrem influência dos acontecimentos que têm lugar no lado oposto do mundo e vice-versa, influenciando-se mutuamente e gerando relações de interdependência, mesmo quando o global e o local caminham em sentidos opostos.

Desta forma, pode-se concluir que sempre que no quotidiano se fazem escolhas e se tomam decisões, somos influenciados mas também podemos e estamos a influenciar.

Mas, para o fazermos de uma forma consciente, é necessário construir territórios que possuam um certo nível de “**desenvolvimento endógeno**”, ou seja, **dotar as pessoas que nele habitam de “capacidade de reflexão”, de autonomia para pensar, para apreender e para fazer as suas escolhas.** (Mayor,2001;90) É importante pôr as pessoas a participar na resolução dos problemas, os seus e os do território, sendo que para o exercício da participação é fundamental **facultar-lhes o acesso à formação e à “(...) informação útil, ou seja, oportuna e pertinente. (...) Para participar é preciso estar informado, conhecer, estar esclarecido, em suma ter acesso à informação e saber seleccioná-la”.** (Portela, s/data)

CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL DE MACEDO DE CAVALEIROS
2º Plano de Desenvolvimento Social

Embora a participação não possa ser encarada como a solução *mágica*, é um modo democrático de criar condições para que se possa **transformar a globalização numa vantagem competitiva**.

2. PORQUÊ E PARA QUÊ CONTINUAR A TRABALHAR EM REDE?

A participação (...) não se subordina funcionalmente à gerência dos outros, não é uma participação fictícia e heterónima, mas uma participação no poder de decisão, enquanto exercício livre e responsável de sujeitos autónomos, uma participação enquanto ingerência (...).

(Paulo Freire in, Licínio Lima, 2002,84)

Vivemos hoje num mundo em constantes transformações, mudanças rápidas e profundas, as quais é necessário **conhecer e compreender** cada vez melhor, para se poder **influenciar o processo de mudança** no sentido do *futuro desejado*.

O Conselho Local de Acção Social de Macedo de Cavaleiros (CLASMC) pode ser entendido como uma **dinâmica local** que agrupa várias organizações de natureza muito diferente, que ao formalizarem a sua adesão subscrevem a finalidade de **combater a pobreza e a exclusão social e, simultaneamente, de promover o Desenvolvimento Local** do Concelho através do exercício do **planeamento estratégico da cooperação concertada**.

Porém, estas organizações têm objectivos e interesses próprios que podem ser coincidentes e conciliáveis, mas também podem ser de competição e de conflito, tecendo-se assim, uma *rede de jogos* de interesses, de poderes e de dependências, que geram a “cooperação conflituante” (Friedberg,1995,352), podendo, por vezes, pôr em causa o cumprimento das finalidades, dos objectivos, das funções e dos projectos, assumidos no âmbito do trabalho de parceria e de cooperação que se vem desenvolvendo e tentando consolidar.

Nesta perspectiva, impõe-se a todos os parceiros que constituem esta plataforma – pretendendo-se que seja antes de mais uma **REDE DE SOLIDARIEDADES**³ – a realização de um esforço permanente para colocar acima dos interesses e objectivos das suas organizações, o interesse e o bem-estar da população do Concelho, não estando aqui a equacionar-se qualquer hipótese que possa colar em *cheque* a sustentabilidade de qualquer organização, sendo também um dos nossos objectivos, contribuir para o fortalecimento de todas as organizações que visem o **Desenvolvimento** do Concelho.

A gestão de *interesses conflituantes* não é simples, nem fácil, mas é possível!

A cooperação é muitas vezes a única forma de levar a cabo missões que isoladamente ficariam comprometidas. Esta é uma das formas de favorecer a reflexão e a construção conjunta

³ Ideia apresentada por Rogério Roque Amaro, em diversos eventos públicos em que já participou no Concelho de Macedo de Cavaleiros, referindo que de acordo com quem pensou inicialmente o Programa da Rede Social, esta foi a ideia que esteve na base da sua concepção.

de soluções ajustadas aos problemas, esperando-se com isto, poder-se *atacar* não apenas uma das dimensões de um mesmo problema, mas sim várias.

Contudo, esta não depende *apenas* da boa vontade de cada um, mas fundamentalmente da aplicação da metodologia *participativa de projecto*, que nos têm vindo a acompanhar e a firmar-se desde o início, através da aplicação dos princípios da *participação*, da *negociação* e da *aprendizagem colectiva*, que embora com avanços e recuos, tem contribuído para o desenvolvimento de um *raciocínio estratégico*, permitindo-se aos parceiros um conhecimento mais profundo e multifacetado da realidade que os rodeia, contribuindo-se para a identificação de problemas e para se fazer emergir a consciência de outros, que embora menos visíveis, são igualmente graves.

Os constrangimentos e as dificuldades que se têm levantado à concretização/cumprimento do trabalho de animação e de consolidação desta parceria local são vários.

Não se pretende aqui fazer aqui uma enumeração exaustiva dos mesmos, apenas referenciar **um** que pela sua dimensão e relevância se justifica destacar – **a elevada mobilidade dos representantes no CLASMC**, ou seja, a mobilidades das pessoas e não das organizações.

Assim, partindo-se do princípio básico de que a Rede Social também é a construção de um percurso, de um caminho, de uma aprendizagem colectiva, esta elevada mobilidade levanta grandes dificuldades à consolidação deste processo, uma vez que grande parte do conhecimento, dos procedimentos e das informações que se tem vindo a construir e desenvolver, se vão perdendo de cada vez que um representante muda, dificultando a construção e concretização de *laços*, de dinâmicas, de iniciativas, de acções e de projectos.

Como é sabido a nossa actuação e os efeitos dela tem-se restringido ao trabalho com as organizações, mas é importante chegar à população.

Embora se perspective, para o próximo Plano de Acção (2006), a implementação e operacionalização de algumas iniciativas/acções direccionadas para a população ou para grupos específicos da população do Concelho, é importante salientar que a nossa estratégia é, **provocar uma mudança qualitativa nas organizações e através dela chegar e envolver a população**.

Face a isto, impõe-se dizer que é fundamental para o desenvolvimento do trabalho de parceria: - **manter um processo de formação permanente; - apelar à comunicação dentro das organizações e a uma participação efectiva e responsável que sirva de base a um processo de mudança**.

Iniciamos este projecto, convictos que cada parceiro que formaliza a sua participação, aceita construir connosco um **processo democrático**, através do exercício das suas competências de negociação, afirmando a sua identidade e participando de forma consciente e

CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL DE MACEDO DE CAVALEIROS
2º Plano de Desenvolvimento Social

responsável nas escolhas, desejando-se como consequência lógica deste processo, a implicação e o comprometimento de cada um na análise/resolução dos problemas e na construção de uma estratégia de *mudança*. O Plenário do CLASMC, as Comissões Sociais Inter-freguesias, o

Órgão Executivo e os Grupos de Trabalho Temáticos (Acção Social/Associativismo, Saúde, Educação/Segurança, Emprego/Formação e Actividades Económicas) são espaços que facilitam diferentes níveis de exercício destas competências.

Apesar das dificuldades inerentes à implementação e operacionalização de um processo de *cooperação conflituante*, é importante dizer que temos vindo a realizar um percurso que é **positivos e que tem gerado alguns resultados**, como por exemplo, a possibilidade de se construir o 2º Plano de Desenvolvimento Social de forma participada.

Do trabalho realizado nos Grupos de Trabalho e nas Comissões Sociais Inter-Freguesias, foi possível identificar um conjunto de problemas e seleccioná-los enquanto prioridades, de acordo com um conjunto de critérios, que nos permitiram avaliar a sua dimensão, a sua gravidade e o conjunto de recursos e potencialidades que se possuem e que se podem mobilizar para lhe fazer face.

Desta forma, passa-se a apresentá-los, os quais serão complementados por estudos sobre a realidade do Concelho, da Região e/ou do País, sempre que tal se justifique.

3. ENVELHECIMENTO DEMOGRÁFICO E DESERTIFICAÇÃO

O século XXI é o Século do Envelhecimento.

(Alfred Sauvey in, Carrilho e Gonçalves, 2004)

O fenómeno do envelhecimento não é uma realidade exclusiva de Trás-os-Montes, do Norte do País ou de Portugal, mas sim do mundo com uma maior incidência em países como a Itália, a Espanha, a Grécia e o Japão que segundo Fernandes (2001) “(...) virão a ser, provavelmente, as nações mais velhas, com proporções de idosos acima dos 30%.”

Assiste-se, actualmente, a uma evolução demográfica global no sentido dum contínuo e acelerado envelhecimento da população, onde o fenómeno do envelhecimento global está a ser interpretado como a passagem dum sistema “demográfico tradicional” para um sistemas “demográfico moderno”. Carrilho e Gonçalves corroboram esta ideia e afirmam que

“Em Portugal, a proporção de pessoas com 65 anos ou mais anos mais que duplicou nos últimos quarenta anos, passando de 8% em 1960, para 11% em 1981, 14% em 1991 e 16% em 2001. De acordo com as projecções demográficas mais recentes, elaboradas pelo Instituto Nacional de Estatística, estima-se que esta proporção volte a duplicar nos próximos 50 anos, representando, em 2050, 32% do total da população.” (2004,4)

Com efeito, é importante referir que todos os Grupos de Trabalho foram unânimes em apontar o **envelhecimento demográfico como um dos principais problemas do Concelho, ao qual se associa:**

- **Um elevado índice de dependência/baixo grau de autonomia** decorrente de situações de idade avançada e/ou de doença genética ou adquirida;
- **E um elevado nível de desertificação de aldeias e lugares**, fenómeno associado a surtos migratórios, internos e externos, com particular incidência na população em idade activa e que acaba por ter efeitos directos na diminuição da natalidade.

A relevância dos aspectos que se acaba de focar, vão no sentido de se contextualizar o problema do envelhecimento numa perspectiva mais ampla, que não só a do Concelho, dando-nos a verdadeira dimensão do problema, que é estrutural e característico das sociedades modernas, sendo importante para a construção deste Plano, ter presente que estão a ocorrer um conjunto de mudanças profundas, as quais estão a produzir efeitos a vários níveis, nomeadamente, nas economias, nos mercados de trabalho, nas organizações, nos estados-providencia, entre outras, as quais é importante que **se conheçam e se entendam**, porque segundo Fernandes estão a pôr em causa o “conhecimento construído”, ou seja:

CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL DE MACEDO DE CAVALEIROS
2º Plano de Desenvolvimento Social

“Caminhamos seguramente para uma sociedade diferente da que conhecemos até agora e onde os padrões institucionais de actuação terão que se adequar às mudanças indeléveis proporcionadas pela revolução silenciosa do sistema demográfico.” (2001)

Esta afirmação remete-nos para a necessidade e importância de se manter e reforçar duas dimensões do trabalho que se tem vindo a fazer: (i) o **debate** e (ii) a **investigação**. A primeira, inerentes ao trabalho desenvolvido pela equipa de animação do CLASMC, pondo-se em funcionamento os diferentes órgãos - Plenário, Grupos de Trabalho e CSIF's. E a segunda através do recurso a estudos já efectuados que nos facultem um retrato da realidade a nível regional, nacional e/ou supra-nacional, mas também “alimentando-se” de estruturas locais que permitam uma actualização permanente sobre a realidade concelhia, como o diagnóstico e o sistema de informação.

Mas, não é só. Esta afirmação também chama à atenção para uma outra questão, não menos importante, “a de que a velhice está (...) repleta de contradições” que não se pode continuar a ignorar. (Fernandes,2001)

Com isto, pretende afirmar que existem dois tipos diferentes de “velhice” – o “envelhecimento social” e os “muito velhos” - que convém distinguir. O primeiro refere-se a um fenómeno decorrente de questões sociais como a idade da reforma, a pré-reforma e o desemprego prolongado que, muitas vezes, dá origem a “nova idade”, ou seja, a pessoas que rapidamente vêm as suas competências tornarem-se obsoletas face à rapidez das transformações que se dão no mundo do trabalho, vêm o seu “valor de capital de experiência acumulada”, ultrapassado, desvalorizado, atirando-as para exclusão social. (Fernandes,2001)

Já o segundo termo – os “muito velhos” – refere-se a um conjunto de pessoas que podem encontrar-se, simultaneamente ou parcialmente, em situação de incapacidade física, psíquica e/ou material, sendo este grupo engrossado por outros indivíduos, que por motivos de doenças genéticas ou adquiridas, caem igualmente, em situações de dependência ou autonomia reduzida.

No caso do Concelho de Macedo de Cavaleiros, o problema da “velhice” não se coloca tanto ao nível do “envelhecimento social”, devido ao tipo de actividades laborais que se praticam e porque ainda se vão encontrando soluções para a ocupação dos que se vão reformando, nomeadamente, ao nível do incentivo para a realização de actividades de cariz social e de voluntariado. O problema coloca-se sim, ao nível dos “muito velhos”, ou seja, um elevado número de idosos que apresentam:

- Um **elevado grau de dependência e de isolamento geográfico e social**, levando-os a recorrer com frequência ao serviços de saúde, procurando neles respostas de cariz social que continuam a ser insuficientes;
- Este problema é agravado por um **défi ce de formação/informação sobre estilos de vida saudáveis** por parte da população, de uma forma geral e deste grupo em particular, manifestando-se nos estilos de vida e nos hábitos de saúde adoptados, tendo com consequência, especialmente no grupo dos mais velhos, um agravamento da situação física e de perda de autonomia;
- **Falta de equipamentos e/ou respostas de cariz social** que possam contribuir para aumentar a qualidade de vida destas pessoas e, sempre que possível, sem as desenraizar do seu meio e dos seus afectos.

O envelhecimento é um fenómeno natural que em si mesmo não pode ser encarado como um problema, até porque o Homem tem vindo a travar uma “luta” para prologar cada vez mais a vida, através da melhoria das condições de vida.

Nesta perspectiva, o que se tem vindo a constituir como um problema é “o declínio da fecundidade e os fluxos migratórios, internos e externos” (Carrilho e Gonçalves,2004,3) em que um tem contribuído para a não renovação das gerações e os dois para a desertificação de territórios, como no caso de Macedo de Cavaleiros.

A **Desertificação** impulsiona outros problemas, dos quais se destaca: - **a desumanização da paisagem e a perda de capital humano e social.**

A falta da presença humana no território tem contribuído para um acelerado ordenamento do território, com consequências nefastas para a preservação do património ambiental e cultural. O abandono frequente dos campos e a consequente transformação da paisagem, tem vindo a traduzir-se numa degradação ambiental e, simultaneamente, na perda de identidade e de dinamismo das áreas rurais, sendo os incêndios uma das consequências mais visíveis e tendo nestes últimos anos (2003,2004,2005) assumido proporções inquietantes.

Mas, em questões ambientais, a desumanização da paisagem não é o único problema, há outro problema que é estrutural - **a falta de enraizamento de práticas e de conceitos amigos do ambiente** – que se coloca a nível global e para o qual é urgente promover a **educação formal e informal** para a preservação ambiental e para o bom uso da energia, assim como a necessidade de se **envolver toda a sociedade** na discussão dos seus principais problemas, sob pena de se comprometer o futuro e o bem-estar da humanidade. (Agenda 21)

O forte êxodo da população jovem e da população qualificada traduz-se num **défi ce de capital humano e social**, reflectindo-se em debilidade económica, falta de iniciativa empresarial, falta de espírito empreendedor, desemprego/baixos níveis de empregabilidade, encontrando-se neste contexto pessoas que “sem confiança, sem auto-estima, sem capacidade de liderança e de gerar dinamismos”, ou seja, “recursos humanos marcados pela ausência de protagonismo” (Benedito, 1995,13), sendo a falta de envolvimento da população na resolução dos problemas, uma situação grave que necessitamos contrariar.

DESEMPREGO, POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

O desemprego e da falta de recursos económicos das famílias é um problema que, tal como outros que se tem vindo a abordar, não pode ser pensado fora de um quadro mais global. Neste sentido, socorremo-nos de estudos, em especial um, que focam a situação regional por comparação à situação nacional, relativamente ao nível de depressão desta região.⁴

Macedo de Cavaleiros é uma cidade que, tal como outras do Distrito de Bragança, tem beneficiado pelo facto acolher um estabelecimento de ensino superior – Campos Académicos de Macedo de Cavaleiros Instituto Jean Piaget – e de concentrar um conjunto significativo de organizações do sector da administração pública e dos serviços o que lhe tem permitido atingir um certo nível de crescimento e que tem concorrido para uma concentração populacional na sede do Concelho.

Contudo, o continuado e acentuado processo de esvaziamento populacional das Freguesias, associado a problemas como: - o das **baixas qualificações escolares e/ou profissionais das pessoas que permanecem no território** (que de resto tal como outros problemas já apontados é uma realidade nacional) que se traduz num baixo nível de empregabilidade; - uma frágil iniciativa empresarial; - um baixo grau de inovação e de aplicação das novas tecnologias da informação e do conhecimento; - uma reduzida taxa de actividade; - dependência da administração pública; contribuem para o agravamento do problema do desemprego, que não sendo de origem industrial como noutras regiões do país é, igualmente, estrutural.

Apesar de, segundo Baptista (1996), a agricultura ter perdido importância na economia e na sociedade, isto é, desde que Portugal aderiu à Comunidade Económica Europeia, a agricultura tem sofrido um **processo declinante** que veio a culminar, nestas últimas décadas, numa redução da sua viabilidade económica. Mesmo assim, o PRASD mostra que nesta região do país, o sector agrícola ainda continua a ser uma importante fonte de rendimento das famílias, verificando-se que:

“Trás-os-Montes e Alto Douro é a região do país em que um maior número de pessoas depende ainda da agricultura: 40% da população activa e 44% das famílias vivem da actividade de cerca de 70 mil explorações agrícolas, representando 12% das explorações agrícolas do Continente. No caso de algumas culturas, a região mostra-se absolutamente hegemónica no contexto nacional (caso da castanha, com 85%, da amêndoa, com 59%, e do centeio, com 57%), sendo ainda muito elevadas as percentagens da vinha (30%), da batata (30%) e do olival (22%). **Num quadro global de fragmentação e fragilidade organizativa, de grandes dificuldades em matéria de comercialização e de um grau muito reduzido de transformação**”. (PRASD,2003,30)

⁴ Os dados aqui apresentados tem por base o trabalho desenvolvido nos grupos de trabalho do CLASMAC, o Relatório Intermédio do Programa de Recuperação de Áreas e Sectores Deprimidos, Setembro de 2003 (PRASD) e o Plano Nacional de Emprego, Outubro de 2005.

No sector da indústria destaca-se o sector da construção civil, a transformação elementar de produtos agrícolas e de aproveitamento de recursos naturais, orientadas quase integralmente para o mercado interno, tecnológica e empresarialmente incipientes.

Desta forma, se partirmos do pressuposto que **a participação/integração das pessoas no mercado de trabalho, é hoje, assumido como um dos principais mecanismos de inclusão social**, então temos um problema em que é urgente intervir, uma vez que Macedo de Cavaleiro apresenta um sector das actividades económicas que se centra na pequena exploração agrícola familiar e num tecido empresarial débil, constituído por pequenas empresas familiares, que se caracterizam, como já se referiu, por falta de dinamismo, de empreendedorismo e de inovação, resultando na criação de um limitado número de oportunidades de emprego que, quando surgem, muitas das vezes, ficam sem resposta localmente, porque as pessoas inscritas para emprego não correspondem ao perfil desejado.

Quanto à agricultura é praticada, na sua grande maioria por idosos, reformados e mulheres, sendo notório a sua falta de protagonismos, levando-os a “servirem” um conjunto de interesses que não são os seus, enquanto que a produção e a comercialização de produtos altamente diferenciados, vai sendo ignorada por todos – agricultores, organizações do sector e organismos do Estado.

Nesta perspectiva, destaca-se o seguinte conjunto de problemas:

Na Actividade Agrícola:

- Resistência à adopção de novas práticas agrícolas;
- Insuficiente capacidade de iniciativa empresarial;
- Coexistência de muitos interesses divergentes que sobrevivem à custa da falta de informação, formação e organização dos agricultores;
- Falta de domínio/conhecimento do processo de comercialização, de distribuição e dos mercados dos produtos agrícolas;
- Falta de estratégia de mercado na forma de produção;
- O parcelamento da propriedade, factor que tem tido grande influencia na (in)capacidade de rentabilizar / modernizar algumas produções agrícolas.

O Desemprego, a Pobreza e a Exclusão Social

O desemprego e a baixa empregabilidade das pessoas que habitam e permanecem no território, especialmente, de públicos desfavorecidos face ao mercado de trabalho - pessoas com baixas qualificações educacionais e ou profissionais, pessoas com deficiência, jovens que abandonam precocemente o Sistema de Ensino ou concluem a escolaridade obrigatória sem qualificações profissionais específicas, entre outros - **acaba por se traduzir em problemas sociais** - insuficiência de rendimentos, as más condições habitacionais e de vida, a desinserção pessoal, social e profissional - **mas também num baixo grau de desenvolvimento e de competitividade do território, afastando-o cada vez mais da possibilidade de combater ameaças, desafios e de agarrar oportunidades**, pelo que se salienta os seguintes problemas:

- Um **baixo grau de qualificações educacionais e/ou profissionais** de pessoas em idade activa, mas também dos jovens que, concluindo ou não a escolaridade obrigatória, apresentam um deficit de competências que lhes permita uma integração qualificada no mercado de trabalho;
- A **formação profissional encarada como uma fonte de rendimento**, ao invés de ser encarada como um factor de atribuição de conhecimentos e competências para serem aplicadas numa actividade profissional por conta própria ou por conta de outrem;
- A **educação e a formação, encaradas como realidades distintas**, não prevendo uma combinação destas duas componentes nos processos de Ensino e de Formação Profissional;
- Um significativo nível de **insucesso escolar em todos os graus de ensino**, agravando-se à medida que aumenta o grau de ensino e com especial incidência na transição dos ciclos;
- **Abandono escolar e/ou saída precoce do Sistema de Ensino**, situação que se conjuga muitas vezes com uma integração precipitada e sem qualificações para integrar o mercado de trabalho.

Os obstáculos e constrangimentos ao desenvolvimento e consolidação de um processo de integração pessoal, social e profissional das pessoas com deficiência

- Inexistência de trabalho ao nível da **Intervenção Precoce** e existência de um conjunto de **barreiras arquitectónicas, materiais e culturais**, ao nível da integração de crianças e jovens com deficiência nas estruturas de Ensino Regular, que acabam por se traduzir num conjunto de obstáculos e constrangimentos ao processo de integração destas pessoas como cidadãos de pleno direito, ao nível das dimensões pessoal, social e profissional ao longo das suas vidas.

As dependências como factor gerador de desestruturação pessoal, familiar, social e profissional

- **Registo de um significativo número de situações de alcoolismo** e, ainda que em menor número mas igualmente preocupante, de toxicod dependência, associadas à perda de recursos económicos, matérias, sociais e relacionais, que têm levado os indivíduos e suas famílias a processos de desinserção pessoal, social e profissional e a situações de violência doméstica, negligencia e maus-tratos, especialmente, contra mulheres (idosas ou não) e crianças, entre outros problemas mais específicos e pontuais;
- **Deteção de um numero significativo de comportamentos de consumo de bebidas alcoólicas e de drogas ao nível dos alunos do Ensino Superior** – Campos Académicos de Macedo de Cavaleiros, traduzindo-se em baixos rendimentos escolares e num défice de comportamentos de cidadania intra e extra “muros”.

Constrangimentos, obstáculos ao exercício da intervenção social para a prevenção, deteção, acompanhamento e integração de pessoas em situações de risco, pobreza e exclusão social

- **Falta de equipamentos e de respostas para acolhimento e acompanhamento de menores em risco;**
- **Falta de estruturas, de iniciativas, de acções de cariz social, cultural e lúdico que trabalhem com públicos específicos**, no sentido do despiste e da superação de situações de risco, pela via da ocupação dos tempos livres de uma forma saudável e, simultaneamente, da criação de competências e de construção de um projecto de vida;
- Problemas comportamentais, de indisciplina e de aumento das condutas delituosas, ao nível dos vários graus e Estabelecimentos Ensino, que acentuam **a necessidades de integração de profissionais da área social (psicólogos, assistentes sociais, terapeutas...)** nas Escolas, ou da **criação de equipas multidisciplinares e operacionais** que, em articulação com as Equipas, os Serviços e as respostas de intervenção social presentes no Concelho e no território nacional, tenham uma actuação descentralizada, intervindo e acompanhado os alunos de todos os Estabelecimentos de Ensino Públicos do Concelho;
- **Falta de participação e/ou baixo grau de envolvimento dos pais ou encarregados de educação no processo de ensino/educação dos seus educandos**, ao nível do acompanhamento e do exercício de uma participação qualitativa nos espaços e órgão disponibilizados para o efeito nas Escolas.
- Uma **insuficiente rede de transportes públicos** que sirvam o Concelho, em horários compatíveis com a organização e exercício de uma actividade laboral;
- **Insuficiente rede pública de creches e infantários e inexistência do serviço de amas da Segurança Social** que entre outros problemas, afecta a socialização e desenvolvimento das crianças, assim como levanta /obstáculos ao nível da definição do projecto de vida dos indivíduos/agregados familiares;
- **A fragilidade da iniciativa empresarial, agravada por um contexto de fragmentação, de ausência quase integral de cooperação, de fragilidade nas esferas tecnológicas e comercial, reflecte-se numa dificuldade de acrescentar valor aos produtos agrícolas e agro-rurais.**

Mas no Concelho não existem só problemas, existem também recursos e potencialidades as quais se passa a apresentar.

4. O QUE TEMOS E O QUE PODEMOS VIR A TER

Falar de um território, das suas potencialidades e oportunidades, é falar de um determinado espaço geográfico possuidor de sinais de identidade colectiva e de recursos endógenos.

Macedo de Cavaleiros por contra ponto aos grandes centro urbanos, apresenta-se como um espaço de grande atractividade, possuindo um variado leque de recursos e de potencialidades que podem ir desde:

- Os produtos agrícolas, dos quais se pode destacar a azeitona, o azeite, o vinho de mesa, a castanha e o fumeiro;
- À paisagem, à fauna, à flora, aos rios e à albufeira do Azibo, às montanhas e vales, às rochas e minerais, às águas minero-medicinais, aos parques e reservas naturais, entre estes a floresta⁵ que é um importante recurso a nível nacional;
- À caça e todos os seus recursos cinegéticos, à pesca e aos desportos ao ar livre como por exemplo o parapente, entre outros;
- Ao património arqueológico e histórico, à arquitectura popular, aos solares e casas rurais, aos miradouros;
- À gastronomia, às feiras, às festas e romarias, aos teatros, à musica, à poesia, às tradições e ao artesanato.

Este conjunto de recursos e de potencialidades não trazem riqueza e desenvolvimento por si só, mas constituem-se como um importante conjunto de oportunidades. Os sectores agrícola, agro-rural, florestal e do turismo, especialmente, o de turismo *diferente, alternativo, natural, rural*, são normalmente considerados como estratégicos para o desenvolvimento de zonas rurais e deprimidas.

Contudo, será conveniente não esquecer que o principal recurso de um território são **as pessoas**. Todos os recursos apontados não passam de potencialidades e de oportunidades se não existir uma estratégia que pense a capacitação das pessoas e o fortalecimento em simultâneo de vários sectores - agricultura, o artesanato, a preservação do património, a preservação ambiental, o turismo... - numa lógica de **Desenvolvimento Integrado e Sustentável**.

Resta acrescentar que, apesar dos constrangimentos e potencialidades apontadas, o *trabalho em rede* é visto e sentido como um importante recurso para o desenvolvimento do Concelho. O surgimento de novas organizações, projectos, iniciativas e dinâmicas não é alheio a este trabalho e, como tal, importa continuar a animar, apoiar e potenciar.

⁵ Um estudo realizado por F. Wolfgang Macedo, em 1994, faz o ponto da situação relativamente aos recursos florestais do território nacional, onde refere um conjunto de dados que lhe permite afirmar que Portugal é um país com vocação florestal, sendo de destacar: - A superfície de Portugal continental mede 8,9 milhões de ha e a floresta ocupa cerca de 3,2 milhões de ha, área que corresponde a cerca de 44% da superfície agrícola e cerca de 33% do território do continente; - A taxa de florestação dos distritos de Portugal continental varia entre os 15% e os 50%; - Por fim, Portugal é o país com maior taxa de florestação entre os doze países da comunidade Europeia.

5. A URGÊNCIA DE SE PRIORIZAR A VALORIZAÇÃO DAS PESSOAS

“Com efeito, só será possível falar de um processo de desenvolvimento se a dinâmica gerada tiver criado, ou reforçado vários **projectos locais**, relativamente independentes uns dos outros, mas todos eles **associados ao mesmo processo de animação social e cultural**. Só este tipo de movimento – ao multiplicar contactos criativos, ao fazer circular a informação mais rapidamente, ao organizar debates e aprofundar conhecimentos, ao encorajar iniciativas e revelar a necessidade de se criarem estruturas e de adquirirem novos saberes – pode transformar gradualmente um processo de desenvolvimento local num projecto colectivamente assumido e auto-sustentado.”

(Melo e Soares; 1995; 21)

A construção do **2º Plano de Desenvolvimento Social (PDS) do Concelho de Macedo de Cavaleiros** não é só o cumprimento de uma exigência, de mais uma etapa deste percurso, mas também corresponde à expectativa de, com mais esta acção, se poder dar mais um passo para a consolidação desta **Parceria Local em Rede** que embora no terreno já há cinco anos, não se considera ser demasiado tempo para a natureza do trabalho que se pretende realizar – **promover uma mudança na cultural organizacional**, de modo a que todas as organizações, profissionais e dirigentes incorporem a prática do **planeamento estratégico** no seu quotidiano como uma via para a promoção do **Desenvolvimento Sustentável**⁶ do Concelho.

Esta questão, implica que se volta a falar da importância de se **continuar a desenvolver trabalho em Rede** que podendo, por vezes, parecer **uma perda de tempo**, trazendo ao cimo animosidades escondidas, também abre a porta à possibilidade de se fazer a diferença. Isto é, com o trabalho em parceria, assente nos princípios da subsidiariedade, integração, articulação, participação e da inovação, há uma maior probabilidade de e poder promover o **Desenvolvimento**⁷ em detrimento de **apenas o Crescimento**⁸ que, por vezes, é o máximo que se consegue fazer, quando se trabalha só ou de “costas voltadas” para os outros, correndo-se o risco de com este tipo de acção se ver alargar o fosso entre os “integrados” e os “excluídos”.

⁶ De acordo com o Relatório de Brundtland, o **desenvolvimento sustentável** pode ser entendido, como um conceito que engloba um conjunto de preocupações com o presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades, ou seja, pretende conciliar os interesses/necessidades dos seres humanos com a preservação da natureza, promovendo uma relação harmoniosa.

⁷ Entendendo-se por Desenvolvimento um “(...) processo integrado, envolvendo as dimensões económica, social, cultural, ambiental e política, privilegiando para essa integração o trabalho a nível local, em meios desfavorecidos, actuação que não se esgota na componente económica de Desenvolvimento, incluindo outros domínios nos quais se destaca **a educação para a auto-estima, a cidadania activa e a valorização da cultura local**.” (Tese MANIFESTA, 1998,3)

⁸ E entendendo-se por Crescimento apenas o crescimento económico do território, ou seja, um modelo de desenvolvimento que durante muito tempo marcou as sociedades modernas, agarradas à ideia de que o desenvolvimento era sinónimo **apenas** de desenvolvimento económico. Segundo Rogério Roque Amaro (2001), as sociedades modernas contém, ainda hoje, marcas profundas e aos mais variados níveis da perspectiva do “fundamentalismo economicista, nascida há mais de 200 anos”. Esta deu lugar a uma visão dominante, muito optimista sobre a relação entre “o económico” e “o social”, sendo o crescimento económico apontado como factor de eliminação da pobreza e, conseqüentemente, **motor de desenvolvimento**. O autor vai mais longe e refere que os defensores desta perspectiva adoptaram uma visão determinista dos efeitos produzidos pelo modelo de desenvolvimento centrado apenas no crescimento económico. Isto é, defendiam que os países que o adoptassem, iriam gerar riqueza e, portanto, contribuir de forma decisiva para gerar o “bem-estar social”, enquanto que aqueles que não o fizessem estariam, inevitavelmente, votados à prossecução dos fenómenos da pobreza e do subdesenvolvimento.

CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL DE MACEDO DE CAVALEIROS
2º Plano de Desenvolvimento Social

“O teste ao nosso progresso não é saber se acrescentamos mais à abundância daqueles que têm muito; é saber se damos o suficiente aqueles que têm demasiadamente pouco.” (Franklin D. Roosevelt, Presidente dos EUA no seu discurso de posse do segundo mandato 1937, in Relatório de Desenvolvimento Humano 2005)

Tal como no 1º PDS, espera-se que também este possa ser uma referência para as entidades, que no Concelho contribuem ou visam contribuir para o seu *Desenvolvimento*, contribuindo-se para a prática da reflexão conjunta sobre os problemas e para a elaboração e reformulação de estratégias com vista à **protecção** e ao **empoderamento dos “sem poder”**, especialmente, daqueles que pertencem aos grupos mais vulneráveis, como as crianças, as mulheres, as pessoas com deficiência, os idosos e as pessoas com carências de recursos, no sentido da melhoria das suas condições de vida.

Nesta perspectiva tem-se procurado conciliar os esforços das organização públicas, semi-públicas e privadas para accionar recursos (financeiros ou de outras ordem) locais, nacionais e internacionais, visando-se corrigir, contrariar e/ou atenuar os efeitos negativos do modelo economicista e do processo de globalização, numa perspectiva de promoção do *Desenvolvimento Local*.

A finalidade do *trabalho em rede* que temos vindo a promover, a animar e a dinamizar, é o de favorecer um *processo de mudança* centrado no Concelho de Macedo de Cavaleiros, visando-se satisfazer as necessidades ainda não satisfeitas, a partir da geração de

“(…) uma forte dinâmica, capaz de fomentar uma atitude colectiva e individual de empreendimento e, ao mesmo tempo, de provocar, gerar e disseminar a inovação nas atitudes, nas organizações e nas tecnologias.”
(Melo e Soares, 1995:23)

mobilizando-se para isso todas as *capacidades locais* e *exógenas*, sendo, como o refere Roque Amaro, que estas últimas deverão funcionar como fertilizadoras das capacidades locais e nunca inibidores ou substitutas.

Contudo, para que o Desenvolvimento Local se torne uma realidade será necessário continuar a *investir e a consolidar uma actuação concertada, em articulação com todos os actores sociais presentes no território* para o desenvolvimento de uma *acção* que vise a implementação de uma *lógica de pedagogia e de participação* que assenta na ideia de capacitação das pessoas para o exercício da cidadania e da democracia participativa num esforço de as tornar, simultaneamente, “actores” e “autores” do seu processo de mudança e, em última instância, participantes activos na *mudança* do território (Teses da Manifesta,), ensinando-as conforme refere Licínio Lima, citando Paulo Freire (2002), pela via do

CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL DE MACEDO DE CAVALEIROS
2º Plano de Desenvolvimento Social

“*exercício livre e responsável*” a participar, participando, cumprindo-se assim o papel crucial de se funcionar como agentes mobilizadoras de indivíduos para a participação social, cívica e política.

Foi em consonância com esta perspectiva que se construí este Plano, abrindo-o à participação e colaboração de todas as entidades parceiras do CLASMC e das CSIF’s, mas também em consonância com um conjunto de documentos fundamentais - Relatório de Desenvolvimento Humano 2005; Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2003-2005; Plano Nacional de Emprego 2005; Plano Tecnológico; – internacionais e nacionais, visando-se a afirmação das seguintes linhas estratégicas para o CLASMC nos próximos três anos:

- **Contribuir para combater a Pobreza e a Exclusão Social no Concelho**, actuando-se em favor dos mais vulneráveis, facilitando-lhes o acesso aos recursos, aos direitos, aos bens e serviços - a habitação, a saúde, a educação, o acesso à informação, a segurança, a justiça, a cultura e o lazer - , visando-se a satisfação das suas necessidades básicas e **privilegiando-se a educação/formação** como uma via favorecedora da inclusão social;
- **Promover a participação e a mobilização dos actores sociais** (organizações públicas, semi-públicas, privada e a sociedade civil) para a implementação e consolidação da metodologia participativa de projecto com vista à promoção do Desenvolvimento Local Sustentável, incentivando-se à realização de iniciativas que através da **educação/formação** das pessoas e das organizações promovam:
 - ⇒ A participação e a responsabilização de todos para o respeito pelos **direitos humanos, a igualdade de género e de oportunidades** como dimensões essenciais para se assegurar a participação social, cívica e política dos indivíduos;
 - ⇒ A **criação de competências para a inserção profissional** e para o empreendedorismo, para a inovação e utilização das novas tecnologias, no sentido de se criar mais oportunidades de emprego e aumentar os níveis de empregabilidade no Concelho;
 - ⇒ A **formação técnico-profissional adaptada às potencialidades sócio-económicas do Concelho**, de forma a que técnicos e animadores locais venham a ser cada vez mais capazes de “**passar**” **mensagens e de (re) dinamizar económica e socialmente as comunidades locais**, no sentido de que as populações venham a tornar-se os principais protagonistas de iniciativas de desenvolvimento local;
 - ⇒ O **papel das mulheres e de outros grupos vulneráveis** como, por exemplo, as pessoas com deficiência, os imigrantes, entre outros, para o seu desenvolvimento pessoal, social e profissional;
 - ⇒ O **bom uso da Energia e a preservação do Ambiente** a nível local;
 - ⇒ A **divulgação e a disseminação de boas-práticas**.
- **Potenciar o desenvolvimento e a gestão equilibrada de sectores estratégicos para o Desenvolvimento Local**, como por exemplo, a produção agro-rural e florestal e o turismo, numa lógica de desenvolvimento estratégico, global e integrador de actividades e recursos do Concelho e da Região, tendo-se em consideração o contexto nacional e internacional.

6. PRIORIDADES E OBJECTIVOS

CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL DE MACEDO DE CAVALEIROS
2º PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL 2006-2008

DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DO TRABALHO DE PARCERIA	Prioridades Transversal	Objectivos Principais	Objectivos Específicos	Estratégias
	<p>Potenciar o trabalho em Rede, assim como os seus resultados, com vista à produção de uma dinâmica que seja capaz de produzir uma mudança nas pessoas, nas organizações e por fim no território, no sentido do “futuro desejado”.</p>	<p>1. Promover a participação, formação e a mobilização dos actores sociais contribuindo para combater a pobreza e a exclusão social no concelho, fomentando-se a qualificação das pessoas e tornando-as protagonistas no processo de mudança do território;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar/potenciar o conhecimento dos Técnicos e dirigentes sobre a realidade social do concelho, no sentido da detecção e resolução dos problemas sociais; • Impulsionar um sistema de formação permanente para técnicos e dirigentes numa perspectiva de aquisição de conhecimentos e de qualificações para o aperfeiçoamento e consolidação do trabalho em grupo, no sentido da aquisição de uma visão estratégica para a intervenção colectiva; • Divulgar e disseminar boas práticas; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aplicar a metodologia participativa de projecto de uma forma cada vez mais eficaz e ajustada às necessidades da realidade local, através da realização de: diagnósticos; estudos; operacionalização do sistema de informação, planos e reuniões dos grupos de trabalho, facilitando-se aprendizagens colectivas de formas de cooperação e de articulação, no sentido de se tornar as intervenções colectivas e individuais mais eficientes; ▪ Aumentar a capacidade negocial dos agentes de desenvolvimento local, para a construção de compromissos individuais e/ou colectivos, fundamentais para se poder produzir equilíbrios entre os interesses individuais e colectivos. ▪ Apoiar o desenvolvimento de um processo qualificador para a intervenção, por forma a ajudar-se a ultrapassar problemas/dificuldades do quotidiano, favorecendo-se a clarificação de concepções, a introdução de conceitos, de metodologias, de técnicas e de instrumentos, promovendo-se a interacção com outras realidades e análise de programas que possam contribuir para a dinamização do tecido sócio-económico. ▪ Melhorar o processo de comunicação inter-institucional e assegurar a difusão de informação, fomentando-se e animando-se o processo de discussão e de participação de todos os elementos do CLAS mas também da população; ▪ Divulgar boas práticas, recuperar tradições e promover produtos e iniciativas.

CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL DE MACEDO DE CAVALEIROS
2º PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL 2006-2008

DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DO TRABALHO DE PARCERIA	Prioridades Transversal	Objectivos Principais	Objectivos Especificos	Estratégias
			<ul style="list-style-type: none"> • Envolver grupos específicos da população na detecção, consciencialização e procura de soluções para problemas sociais, no sentido de uma adequação progressiva das respostas produzidas, tornando-os participantes activos no processo de mudança social; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Detectar, apoiar e envolver públicos desfavorecidos face ao mercado de trabalho, na construção de compromissos, percursos e projectos de vida qualificantes, com vista à inclusão social; ▪ Apoiar a criação de espaços que favoreçam a experimentação, afirmação e desenvolvimento de uma cidadania activa, produzindo-se e reconvertendo-se conhecimento a partir de dinâmicas locais, favorecedoras da construção de uma democracia participativa.

CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL DE MACEDO DE CAVALEIROS
2º PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL 2006-2008

ACÇÃO SOCIAL/ASSOCIATIVISMO E SAÚDE	Prioridade Transversal	Objectivos Principais	Objectivos Especificos	Estratégias
		<p>2. Melhorar condições de vida, prevenir situações de risco e interromper ciclos de exclusão social, capazes de tornar possível a emergência de novas formas de construção social, da identidade e do curso de vida no mundo rural;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Impulsionar o surgimento de respostas alternativas à institucionalização e à exclusão social dos idosos e/ou pessoas com deficiência, no seu contexto de vida; • Consciencializar a comunidade local para a dimensão e gravidade dos fenómenos do alcoolismo e da toxicod dependência; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover/potenciar serviços e respostas mais eficientes e mais próximos das pessoas com vista à satisfação das necessidades básicas, prestação de cuidados de saúde e de cuidados continuados a pessoas em situação de dependência e perda de autonomia; ▪ Incentivar e apoiar o surgimento e o exercício de serviços de intervenção precoce direccionada para crianças e suas famílias; ▪ Fomentar a colaboração e a articulação entre entidades que actuem ao nível do acompanhamento e integração de pessoas com deficiência, visando-se trabalhar as suas competências de modo a potenciar o seu processo de inclusão social e profissional; ▪ Sensibilizar os dirigentes e os empresários para a contratação de públicos desfavorecidos, fomentando-se a aplicação dos princípios da discriminação positiva; ▪ Disseminar a informação e sensibilizar as IPSS's e a população do concelho para a criação de uma rede de amas da Segurança Social e famílias de acolhimento para crianças, jovens e pessoas com deficiência; ▪ Promover iniciativas intergeracionais e o envelhecimento activo através do envolvimento em actividades e projectos de cariz social e cultural, de pessoas em idade não activa. ▪ Apelar à descentralização, articulação e surgimento de novas respostas, que actuem ao nível da prevenção primária, secundária e terciária das toxicod dependências, nas comunidades locais; ▪ Implicar a população no desenho e construção de novas respostas adequadas à realidade local.

CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL DE MACEDO DE CAVALEIROS
2º PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL 2006-2008

EDUCAÇÃO/SEGURANÇA E AMBIENTE	Prioridade Transversal	Objectivos Principais	Objectivos Especificos	Estratégias
		<p>3. Potenciar um processo educativo implicando todos os seus intervenientes numa missão de educação centrada no educando, para a aquisição de competências de cidadania activa e redução dos riscos de exclusão social;</p> <p>4. Promover o bom uso da energia, dos recursos e a preservação ambiental;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Sensibilizar e mobilizar a comunidade local, nomeadamente os encarregados de educação, para a necessidade de acompanhamento do educando nos seus diferentes contextos de vida; • Promover o conhecimento de boas práticas empresariais dos sectores tradicionais na região; • Promover e potenciar atitudes, práticas e comportamentos capazes de caminharem no sentido da promoção do desenvolvimento sustentável do concelho; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Impulsionar o surgimento de novas respostas, decorrentes da comunidade, complementares ao sistema educativo; ▪ Alertar para a necessidade de prevenir comportamentos de risco e promover estilos de vida saudáveis; ▪ Promover o exercício do voluntariado, do associativismo e de práticas solidárias na população juvenil, como forma de promover a cidadania. ▪ Dotar os jovens de competências pessoais, sociais e profissionais, visando-se a criação de um espírito crítico e de capacidade empreendedora, capaz de dinamizar a economia local e de travar o êxodo rural. ▪ Organizar campanhas de sensibilização que envolvam e mobilizem a população do concelho para a adopção de práticas e comportamentos amigos do ambiente.

CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL DE MACEDO DE CAVALEIROS
2º PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL 2006-2008

EMPREGO/FORMAÇÃO E ACTIVIDADES ECONÓMICAS	Prioridade Transversal	Objectivos Principais	Objectivos Específicos	Estratégias
		5. Dinamizar sectores estratégicos contribuindo-se para o Desenvolvimento Sustentável da economia local;	<ul style="list-style-type: none"> • Valorizar e qualificar as pessoas e organizações, com vista à criação de emprego e aumento dos níveis de empregabilidade, por forma a promover a melhoria das condições de vida, prevenindo e/ou interrompendo situações de risco, de pobreza e de exclusão social: 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Identificar elementos-chave de comunidades locais, para a detecção de ideias, vontades, sonhos, actividades e projectos, estimulando competências que possibilitem uma acção desmultiplicadora, ao nível da freguesia e do concelho, de modo a tornar a população protagonista do processo de mudança; ▪ Estimular, apoiar e acompanhar iniciativas de base comunitária com e para as pessoas, centradas em processos de educação/formação que visem responder às necessidades, vontades, saberes e competências; ▪ Promover iniciativas e apoio técnico, que visem a criação de um quadro favorável para a prática da inovação empresarial e cooperativo de empreendedorismo e da utilização das novas tecnologias da informação e do conhecimento; ▪ Alterar práticas culturais por parte dos agricultores, com vista à produção, transformação e comercialização de produtos agrícolas diferenciados; ▪ Estimular e articular a cooperação entre todas as entidades, para a realização de um diagnóstico que permita caracterizar as necessidades de educação/formação da população e carências do tecido empresarial, visando organizar/planear um percurso educativo/formativo de integração profissional e de desenvolvimento estratégico de sectores de mercado.

7. IMPLEMENTAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

A questão da importância da avaliação já foi largamente discutida, reflectida e traduzida em outros documentos que se produziu, como tal, não se irá aqui tecer mais considerações.

Desta forma, através de aplicação de instrumentos produzidos no CLAS, iremos proceder à avaliação do PDS e dos Planos de Acção, em diferentes espaços e momentos, apelando-se ao envolvimento dos Grupos de Trabalho num processo de avaliação permanente e ao Órgão Executivo e Plenário num processo de avaliação semestral.

LIVROS E ARTIGOS:

ALAYÓN, Norberto (s/data) “Participacion: Mitos y alternativas”, in Revista de Serviço Social, N.º 26

AMARO, Rogério Roque (2001) “Economia e Exclusão Social”, in Não à Pobreza – A inclusão pela Economia, Lisboa, pp. 15-20

BAPTISTA, Oliveira Fernando (1996) “Declínio de um Tempo Longo”, in Joaquim Pais de Brito e outros (Coord), O Voo do Arado, Lisboa, Museu Nacional de Estatística, pp. 35-76

BARBIER, Jean-Marie (1996) “Elaboração de Projectos de Acção e Planificação”, Porto, Porto Editora

BARRETO, António (2002) “Tempo de Incertezas”, Lisboa, Relógio d’Água

BENEDITO, Isabel (1995) “Planos de Formação para uma Região – Tópicos para a Abordagem do Tema”, in Formação para o Desenvolvimento Local em Meio Rural, Messejana, Cap. II, pp. 12-16

BOYER, Robert; Drache, Daniel (1996), “Introdução”, in Estados Contra Mercados – Os Limites da Globalização, Lisboa, Instituto Piaget, pp. 13-39

COSTA, Alfredo Bruto da (1998) “Exclusões Sociais”, Coleção Cadernos Democráticos

FRIEDBERG, Erhard (1995) “Organização”, in Raymond Boudon (Org.), Tratado de Sociologia, Lisboa, Cap. 9, pp. 343-378

GIDDENS, Anthony (1992) “As Consequências da Modernidade”, Oeiras, Celta Editora

GIL, José (2004) “Portugal, Hoje: O Medo de Existir”, 8ª Reimpressão, Lisboa, Maio, Relógio D’Água Editores

GODET, Michel (1993) “Manual de Prospectiva Estratégica – Da Antecipação à Acção”, Lisboa, Publicações D. Quixote

GUERRA, Isabel Carvalho (2000) “Fundamentos e Processos de Uma Sociologia de Acção – O Planeamento em Ciências Sociais”, 1ª Edição, Cascais, Principia

IANNI, Octávio (1992) “A Sociedade Global”, Rio de Janeiro, pp. 54 -105

LIMA, Licínio C. (2002), “A Democracia das Organizações Educativas e a Participação como Ingerência: Contribuições de Paulo Freire”, FORUM, Universidade do Minho, pp. 81-94

MAYOR, Federico (2001), “Desenvolvimento Endógeno e Governação Democrática”, in António Barreto; António Nogueira Leite; David Dollar; e outros, Globalização, Desenvolvimento e Equidade” Lisboa, Dom Quixote, pp. 89-97

MELO, Alberto; Soares, Priscila (1995) “Ruralidade e Desenvolvimento”, in Formação para o Desenvolvimento Local em Meio Rural, Messejana, Cap. II, pp. 20-25

PALMA, Graça; Dias, Nelson (2001) “Dar Rosto à Intervenção – Os Animadores de Desenvolvimento Local”, Faro, Associação In Loco

PETRELLA, Ricardo (1996) “GLOBALIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO – A Dinâmica da Emergente Ordem Mundial”, in Robert Boyer e Danie Drache, Estados Contra Mercados – Os Limites da Globalização, N.º 1, Lisboa, Instituto Piaget, pp. 81-133

PORTELA, José (s/data) “Entre a Cidadania e a “Nova Cultura da Água” – Das Dificuldades de se Ser Cidadão (Texto Policopiado)

REBELO, Sérgio (2001), “Educação, Capital Humano e Desenvolvimento Económico”, in António Barreto; António Nogueira Leite; David Dollar e outros, Globalização, Desenvolvimento e Equidade, Lisboa, Dom Quixote, pp. 77-87

SOARES, Maria Priscila (2001) “Formação Para o Desenvolvimento Social – Formação/Inserção Territorializada”, Faro, Associação In Loco

DOCUMENTOS EM SUPORTE ELECTRÓNICO:

CARRILHO, José Maria; Gonçalves, Cristina “Dinâmicas Territoriais do Envelhecimento – Análise Exploratória dos resultados dos Censos 91 e 2001” II Congresso Português de Demografia – Demografia e População: Os Novos Desafios, Set. 2004, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Disponível: <http://www.ine.pt>, Consultado: Dezembro 2005

CRISTÓVÃO, Artur Fernando A. C, “Ambiente e Desenvolvimento de Áreas Rurais Marginais – O Caminho Tortuoso para uma Relação Potencialmente Frutuosa”, pp. 46 – 56, Disponível: www.emater.tche.br , Consultado: 19 Abr. 2005

FERNANDES, Ana Alexandra, “Velhice, Solidariedades Familiares e Política Social – Itinerário de Pesquisa em Torno do Aumento da Esperança de Vida” Sociologia, [on line], Set. 2001, no. 36 [citado 13 Março 2006], p.39-52, Disponível: <http://www.scielo.oces.mctes.pt> , Consultado: Dezembro 2005

MACEDO, F. W. de “Detecção Remota de Recursos Florestais Em Portugal: Realidades e Perspectivas”, 1994, Disponível: <http://home.utad.pt>, Consultado: Dezembro 2005

MARTINS, Rosa Maria Lopes “Envelhecimento Demográfico”

SIQUEIRA, Holgonsi Soares Gonçalves “Globalização e Autonomia (limites e possibilidades)” <http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/globoautonomia.html> , Consultado: 14 Set. 2005

“Desenvolvimento Local: uma oportunidade de Futuro!” Tese da MANIFESTA, Novembro de 1998 <http://www.animar.dl>; consultado em 14-07-2005

RELATÓRIOS:

Agenda 21

Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2003-2005

Plano Nacional de Emprego 2005

Plano Tecnológico 2005

Parecer do Conselho Económico e Social (1997) “Globalização – Implicações para o Desenvolvimento Sustentável”, Lisboa, pp. 5-39

Programa de Recuperação de Áreas e Sectores Deprimidos (PRASD) – Relatório Intermédio, Setembro 2003, pp. 194

Relatório de Brundtland, 1987

Relatório de Desenvolvimento Humano, 2005